

Endereço: Rue São Francisco, nº 19 - 10º Andar - Centro.
Cidade: São Paulo - SP - CEP: 01005-020.
Fone: (011) 232-0100 Ramais: 1212 ou 1133. Fax: (011) 36.4456.

Edital: Os interessados deverão retirá-lo na sala da Divisão de Compras e Licitações nos dias úteis das 13:00 às 18:00 horas, no endereço acima citado.

São Paulo, 27 de junho de 1994.
ROGERIO LUIS ALVES DE ADRÉU
Presidente da Comissão

DESPACHOS PROFERIDOS PELO DIRETOR DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS.
Concedendo licença para tratamento de saúde, aos funcionários abaixo relacionados, nos termos dos artigos 202 e 203, parágrafos 2º e 3º, da Lei nº 8.112/90, nos respectivos dias/periodos, conforme os seguintes processos:

-6385/94-SEHU- ELIANA LEITE DOS SANTOS, no período de 21 a 28.06.94.
-6421/94-SEHU- FRANCISCO SANCHEZ GOMES, no período de 24 a 30.06.94.
-2264/94-SEHU- MARCIA APARECIDA DE MOURA CLEMENTE, no dia 23.06.94.
-6192/94-SEHU- MARISOL AVILA RIBEIRO, no dia 20.06.94.
-1291/94-SEHU- RICARDO ALGUSTO DOS SANTOS, no dia 21.06.94.
-3918/94-SEHU- ROSELY AGUIAR MARCELINO, no dia 24.06.94.

Concedendo licença para tratamento de saúde, aos funcionários abaixo relacionados, nos termos dos artigos 202, 203, parágrafos 2º e 3º, da Lei nº 8.112/90, conforme os seguintes processos:

-3916/94-SEHU- ELISABETE FELIX FARIAS, no período de 23.06 a 02.07.94.
-0691/94-SEHU- IDEFA MARIA TEZZUTI DE FRANCA, nos dias 22 e 23.06.94.
-1885/94-SEHU- LAIS ALVES MACIEL, nos dias 17 e 18.06.94.
-5703/94-SEHU- MARCELO RIVIELLO GOUVEA, no período de 20 a 24.06.94.
-1584/94-SEHU- RENATO TADEU SIMÕES, no dia 22.06.94.

Concedendo licença para tratamento de saúde, aos funcionários abaixo relacionados, nos termos dos artigos 202 e 203, parágrafos 2º e 3º, da Lei nº 8.112/90, conforme os seguintes processos:

-2264/94-SEHU- MARCIA APARECIDA DE MOURA CLEMENTE, no dia 24.06.94.
-6192/94-SEHU- MARISOL AVILA RIBEIRO, no dia 21.06.94.

Concedendo licença gestante à funcionária ALDENOR CARVALHO OLIVEIRA, no período de 21.06 a 20.07.94, nos termos do artigo 207, parágrafo 4º da Lei, nº 8.112/90, conforme o processo nº 5702/94-SEHU.

Conselho de Administração

RESOLUÇÃO Nº 106, DE 27 DE JUNHO DE 1994.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, revendo os critérios e procedimentos em vigor, relativamente ao fornecimento de vale-refeição e tendo em vista o decidido na sessão realizada em 16/06/94, nos autos do processo nº 1099/94-SEHU,

RESOLVE

Art. 1º - O vale-refeição consiste em benefício concedido aos servidores, com o objetivo de propiciar-lhes melhores condições de alimentação e visando aumento de sua eficiência e produtividade funcional.

§ 1º - O benefício será concedido mediante fornecimento mensal de talãozinho com 22 cupons ou tíquetes que permita a aquisição de refeição ou de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais.

§ 2º - O valor do vale-refeição deverá corresponder ao valor de uma refeição tipo executivo "prato do dia" com refrigerante e sobremesa.

§ 3º - O vale-refeição será nominal e intransferível, não podendo, em hipótese alguma, ser convertido em espécie ou utilizado para compra de cigarros, bebidas alcoólicas ou outros bens que não estejam vinculados à refeição diária.

Art. 2º - Para efeitos desta Resolução, consideram-se beneficiários do vale-refeição todos os servidores em exercício no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Art. 3º - Parágrafo Único - Não fará jus ao benefício o servidor:

a. afastado em virtude de licenças para o serviço militar, para atividade política, para tratar de assuntos particulares, para acompanhar cônjuge e em missão no exterior;

b. penalizado por conduta ou suspensão até 30 dias em decorrência de sindicância;

c. penalizado por suspensão por mais de 30 dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou desistuição de cargo comissionado;

d. afastado do exercício de seu cargo, pelo prazo de até 60 dias, por determinação de autoridade instauradora de processo disciplinar;

Art. 3º - A participação mensal do servidor no custo do talão do vale-refeição será determinada pela aplicação da fórmula abaixo:

PE = R\$ 30, sendo R\$ A/Bx 30.

Onde:

R\$ PE - valor a ser descontado do servidor.

R\$ total da remuneração do servidor tributável para fins de Imposto de Renda, excluindo-se os adicionais noturnos, de 1/3 de férias, a hora extraordinária, o abono pecuniário e a gratificação natalina, bem como, sua respectiva antecipação.

B - remuneração de cargo em comissão - DAS-6, acrescido das vantagens de mesmo.

R\$ B - valor do talão contendo 22 vales.

C - fator que representa o valor percentual de participação do servidor no custo do talão do vale-refeição no mês de referência.

Se o valor de R\$ B for menor que 16, considera-se R\$ 16.

Se o valor de R\$ B for maior que 30, considera-se R\$ 30.

Se A/B for maior que 1 (um), A/B será considerado como igual a 1 (um).

Art. 4º - A utilização efetiva do benefício de vale-refeição obedecerá aos seguintes procedimentos:

§ 1º - O atendimento aos beneficiários do vale-refeição será efetuado pela Secretaria de Recursos Humanos deste Tribunal.

§ 2º - Caberá ao setor competente prestar ao servidor as informações sobre o benefício do vale-refeição, bem como adotar todas as providências necessárias ao controle rigoroso da guarda, distribuição e utilização dos vales sob sua responsabilidade.

§ 3º - O setor competente verificará a remuneração do servidor e efetuará o cálculo da sua participação.

§ 4º - Os servidores estarão inscritos, mensal e automaticamente, como beneficiários do vale-refeição.

§ 5º - O servidor que não pretender o benefício do vale-refeição deverá manifestar sua vontade até o dia 20 de cada mês, relativamente aos vales que serão distribuídos no mês seguinte.

§ 6º - O servidor, ao receber o talão de vale-refeição do setor competente, deverá assinar o comprovante de recebimento, que deverá conter o nome do servidor, número de seu registro funcional, data de validade, valor de cada vale, o número de vales recebidos e o valor de sua participação.

Art. 5º - O Tribunal poderá, a qualquer tempo, no interesse da Administração, excluir, limitar, alterar, reduzir, susitar ou cancelar a concessão do benefício previsto nesta Resolução, especialmente em função de norma ou determinação legal que o tornar impraticável.

Art. 6º - Os servidores que negarem o vale-refeição serão excluídos da relação de beneficiários pelo prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo das sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as Resoluções nº 64, de 16.09.1990 e 95, de 26.01.1994.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

DUIZ AMÉRICO LACOMBE
Presidente

Conselho da Justiça Federal

ATO N° 1092 DE 24 DE JUNHO DE 1994

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Designar o Senhor Juiz Federal Substituto MAIRAN GONÇALVES MAIA JUNIOR para, sem prejuízo de suas atuais atribuições, exercer funções de auxílio na 16ª Vara Civil - 1ª Subseção do Estado de São Paulo, a partir de 27 de junho do corrente até ulterior deliberação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JUIZ AMÉRICO LACOMBE
Presidente